

Ata n.º 2

Procedimento concursal comum para constituição de reserva de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Divisão de Agricultura, Alimentação e Território (DAAT), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Aos 17 dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 6 de fevereiro de 2023, deu seguimento aos trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

Presidente: Ana Maria Goncalves de Oliveira Rodrigues Faustino Arsénio, Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural;

1ª Vogal Efetiva: Eufémia Maria Ramalho Condeixa Capucho, Chefe de Divisão de Agricultura, Alimentação e Território, que substituirá a Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2º Vogal Efetivo: Rui Manuel Gonçalves Paulo, técnico superior da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (enquanto representante dos Recursos Humanos).

A Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

I. Análise das candidaturas

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

VI. Notificação aos candidatos

I. Análise das candidaturas

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 14 candidatos a seguir identificados:

- Ana Catarina Franco Alves de Campos Lamelas
- Ana Lúcia Alves Sousa Beirante
- Ana Margarida Barata Faustino Basílio
- Ana Sofia Pereira Duarte
- Carla Isabel Braga Coelho
- Carla Maria Antunes Xavier de Basto
- Frederico Salvado Pessoa e Costa
- Isabel Maria Dias Lopes Veiga
- Lídia Maria Abreu Vilaça
- Mara Catarina Vieira Rangel
- Marta Sofia Rodrigues Francisco
- Patrícia Alexandre Guedes Ferreira Silva
- Paula Cristina Abreu da Vitória Loureiro
- Sónia Matilde Dias Inácio



ok
Gaf
Ribeiro

2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 13.º e 15.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e da Oferta de Emprego OE202303/0500, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 14 de março de 2023.

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura, conjugados com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento os candidatos a seguir identificados:
- Ana Catarina Franco Alves de Campos Lamelas
 - Ana Lúcia Alves Sousa Beirante
 - Ana Margarida Barata Faustino Basílio
 - Carla Isabel Braga Coelho
 - Frederico Salvado Pessoa e Costa
 - Isabel Maria Dias Lopes Veiga
 - Lídia Maria Abreu Vilaça
 - Mara Catarina Vieira Rangel
 - Patrícia Alexandre Guedes Ferreira Silva
 - Paula Cristina Abreu da Vitória Loureiro
 - Sónia Matilde Dias Inácio
2. O júri deliberou a intenção de excluir do presente procedimento as candidatas a seguir identificadas, pelo motivo elencado:
- Ana Sofia Pereira Duarte, por falta de vínculo de emprego público por tempo indeterminado;
 - Carla Maria Antunes Xavier de Basto, por falta de vínculo de emprego público por tempo indeterminado;
 - Marta Sofia Rodrigues Francisco, por falta de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

1. Dos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, e analisadas as respetivas candidaturas, verificou-se que não se encontram no desempenho de funções e atividades caracterizadoras do posto de trabalho em causa, os seguintes:
- Ana Catarina Franco Alves de Campos Lamelas
 - Ana Lúcia Alves Sousa Beirante
 - Ana Margarida Barata Faustino Basílio
 - Carla Isabel Braga Coelho
 - Frederico Salvado Pessoa e Costa
 - Isabel Maria Dias Lopes Veiga
 - Lídia Maria Abreu Vilaça
 - Mara Catarina Vieira Rangel
 - Patrícia Alexandre Guedes Ferreira Silva
 - Paula Cristina Abreu da Vitória Loureiro
 - Sónia Matilde Dias Inácio

2. Para os candidatos identificados na lista acima, serão adotados como métodos de seleção, a Prova de Conhecimentos (PC) e a Entrevista de avaliação de competências (EAC), conforme detalhe da Oferta de Emprego com o Código: OE202303/0500.
3. Ainda nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os métodos de seleção podem ser de forma faseada. O júri decidiu que os métodos de seleção serão aplicados de forma faseada, devido ao número de candidatos.

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

O júri deliberou marcar os métodos de seleção para o dia 8 de maio de 2023, pelas 10H00 para a Prova de Conhecimentos (PC), e ainda o dia 11 de maio de 2023, com início às 10h00 para a realização das entrevistas de avaliação de competências. A Prova de Conhecimentos será na Escola Superior de Educação de Santarém, no Complexo Andaluz, Apartado 131, 2001-902 Santarém e as Entrevistas de Avaliação de Competências serão nas instalações da DRAPLVT, na Quinta das Oliveiras, Estrada Nacional n.º 3, 2000-471 Santarém.

Através da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos designar-se-ão dois elementos para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

O júri deliberou que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização.

Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova e da entrevista.

VI. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na sua redação atual, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.



Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente

Ana Maria Gonçalves de Oliveira Rodrigues Faustino Arsénio

1ª Vogal Efetiva

Eufémia Maria Ramalho Condeixa Capucho

2º Vogal Efetivo

Rui Manuel Gonçalves Paulo